

## Instituto de Higiene e Medicina Tropical

**Despacho (extracto) n.º 22 195/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 30 de Setembro de 2005 do reitor da Universidade Nova de Lisboa, foi autorizada a reclassificação, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, de acordo com o mapa anexo:

Nome	Categoria anterior			Categoria de transição		
	Designação	Escalão	Índice	Designação	Escalão	Índice
Maria João Gonçalves Reis Leitão Galvão Santos.	Assistente administrativa principal do Instituto de Tecnologia Química e Biológica (ITQB).	1	315	Técnica superior de 2.ª classe.	1	400

Nomeada definitivamente, com efeitos à data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Outubro de 2005. — A Secretária Executiva, *Maria José de Freitas*.

## UNIVERSIDADE DO PORTO

## Secretaria-Geral

**Despacho (extracto) n.º 22 196/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 7 de Outubro de 2005 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado José Miguel Gomes Sá — denunciado o contrato como monitor, além do quadro, da Faculdade de Medicina desta Universidade, com efeitos a partir de 21 de Novembro de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

10 de Outubro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

## Faculdade de Farmácia

**Despacho (extracto) n.º 22 197/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 3 de Outubro de 2005 do presidente do conselho directivo da Faculdade de Farmácia, proferido por delegação do reitor da Universidade do Porto:

Doutor Jorge Manuel Moreira Gonçalves, professor catedrático desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País de 12 a 15 de Outubro de 2005.

3 de Outubro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Jorge Manuel Moreira Gonçalves*.

**Despacho (extracto) n.º 22 198/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 4 de Outubro de 2005 do presidente do conselho directivo da Faculdade de Farmácia, proferido por delegação do reitor da Universidade do Porto:

Doutora Lucília Helena Ataíde Saraiva, assistente desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País de 11 a 18 de Novembro de 2005.

4 de Outubro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Jorge Manuel Moreira Gonçalves*.

## Faculdade de Medicina

**Edital n.º 870/2005 (2.ª série).** — 1 — Faz-se saber que, perante o conselho científico da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, nos termos do artigo 13.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, e do Decreto-Lei n.º 312/84, de 26 de Outubro, se encontra aberto, durante 10 dias úteis contados a partir da publicação do presente edital no *Diário da República*, concurso documental para uma vaga de assistente estagiário da disciplina de Neuroanatomia.

2 — Serão admitidos ao concurso apenas licenciados em Medicina, Medicina Dentária e Biologia (ramo científico).

3 — Dos requerimentos devem constar os seguintes elementos:

- a) Nome, idade, morada e número de telefone;
- b) Bilhete de identidade, serviço de identificação que o emitiu e data;

c) Habilidades literárias;

d) Menção expressa do cargo a que se candidata;

e) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito.

4 — Os candidatos deverão instruir os seus requerimentos com os seguintes documentos:

- a) Certificado do registo de nascimento;
- b) Certificado do registo criminal;
- c) Atestado de robustez física e psíquica;
- d) Documento comprovativo de terem sido compridas as leis de recrutamento militar;
- e) Documento comprovativo da posse de licenciatura adequada;
- f) Certidão comprovativa das classificações obtidas em cada disciplina do curso;
- g) *Curriculum vitae* detalhado.

5 — É dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas a) a d) do número anterior aos candidatos que declarem nos respectivos requerimentos, em alíneas separadas, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente às condições fixadas.

6 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao director da Faculdade da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e entregue pessoalmente na Secretaria da Faculdade, sita à Alameda do Prof. Hernâni Monteiro, 4200-319 Porto, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para o mesmo endereço.

7 — A ordenação dos candidatos admitidos ao concurso resultará de uma apreciação global baseada na média do curso, *curriculum vitae*, disponibilidade para a prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva e na realização de uma entrevista. Na definição de critérios, bem como nas pontuações que integram a classificação final, será dada preferência aos candidatos com experiência pedagógica no domínio de anatomia e com conhecimentos de técnicas laboratoriais praticadas em investigação neuroanatómica.

3 de Outubro de 2005. — O Director, *José Manuel Lopes Amarante*.

## Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar

**Despacho n.º 22 199/2005 (2.ª série).** — Delego as minhas competências, durante a minha ausência no período de 26 a 30 de Setembro de 2005, no Prof. Doutor Alexandre Manuel da Silva Lobo da Cunha.

23 de Setembro de 2005. — Pelo Presidente do Conselho Directivo, (*Assinatura ilegível*.)

## UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

## Reitoria

**Aviso n.º 9305/2005 (2.ª série).** — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

1 — Nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por despacho de 16 de Setembro de 2005 da administradora dos Serviços de Administração e Acção Social da Universidade Técnica de Lisboa, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar na categoria de técnico superior de 1.ª classe da carreira de jurista do quadro de pessoal da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa.

2 — Prazo de validade — o presente concurso caduca com o preenchimento da referida vaga.

3 — Requisitos legais de admissão — o recrutamento é feito por concurso de entre funcionários que, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, reúnam os requisitos constantes do n.º 1, alínea c), do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

4 — Vencimento, condições de trabalho e regalias sociais — os vigentes na função pública.

5 — O local de trabalho situa-se nos Serviços de Administração e Acção Social da Universidade Técnica de Lisboa, sediados no concelho de Lisboa.

6 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar são a avaliação curricular e a entrevista profissional de selecção.

6.1 — Avaliação curricular — são obrigatoriamente considerados e ponderados os factores descritos nas alíneas a), b) e c) do n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, visando avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto com base na análise do respectivo currículo profissional.

6.2 — Entrevista profissional de selecção — visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, face ao disposto no artigo 23.º da mencionada disposição legal.

Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

#### 7 — Apresentação de candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido à administradora dos Serviços de Administração e Acção Social da Universidade Técnica de Lisboa, remetido pelo correio, com aviso de recepção, ou entregue directamente nos Serviços de Administração e Acção Social, Departamento de Recursos Humanos, na Rua da Junqueira, 86, 1349-025 Lisboa, dele constando os seguintes elementos:

- a) Nome, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone;
- b) Categoria que detém, serviço e natureza do vínculo;
- c) Habilidades literárias;
- d) Lugar a que se candidata.

7.2 — Os requerimentos de admissão a concurso deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- a) *Curriculum vitae* detalhado;
- b) Fotocópia do bilhete de identidade;
- c) Certificado das habilitações literárias, autêntico ou autenticado;
- d) Declaração, emitida pelo serviço ou organismo de origem, devidamente actualizada e autenticada, que comprove a categoria de que o candidato é titular, o vínculo à função pública, a natureza inequívoca do mesmo e o tempo de serviço, contado até ao termo do prazo de admissão ao concurso, na categoria, na carreira e na função pública;
- e) Documentos autênticos comprovativos das acções de formação profissional complementar e respectivas durações;
- f) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar por considerar passíveis de influir na apreciação do seu mérito, os quais, todavia, só serão tidos em consideração pelo júri se devidamente comprovados.

Os candidatos que sejam funcionários da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa estão dispensados da apresentação dos documentos já existentes nos seus processos individuais, nomeadamente os mencionados nas alíneas b) a e) do presente número.

8 — Assiste ao júri a facultade de exigir a cada candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

9 — Os candidatos excluídos serão notificados nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e a lista de

classificação final será publicitada nos termos do artigo 40.º do mesmo diploma legal.

#### 10 — Constituição do júri:

Presidente — Prof. Doutor António Francisco Espinho Romão, vice-reitor, que será substituído pelo 1.º vogal efectivo na suas faltas ou impedimentos.

Vogais efectivos:

Licenciada Maria Clara Petra Viana de Campos Mendes, administradora.

Licenciado Jaime António Amorim Ribes, subdirector-geral.

Vogais suplentes:

Licenciado Vítor Manuel Sanches Lucas, director de serviços.

Licenciado José Jerónimo Fernandes Marques, director de serviços.

4 de Outubro de 2005. — A Administradora, *Maria Clara Petra Viana*.

## Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

**Aviso n.º 9306/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 22 de Setembro de 2005 do presidente do conselho directivo deste Instituto, por delegação de competências:

Licenciada Dora Alexandra Esteves Martins — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções de monitora, pelo período de um ano, com início em 23 de Outubro de 2005.

Licenciada Andreia Sofia da Cruz Valente — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções de monitora, pelo período de um ano, com início em 23 de Outubro de 2005.

Licenciada Ana Sofia Aureliano da Silva — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções de monitora, pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Sara Cristina Canha de Andrade — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções de monitora, pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Tânia Cristina Frazão Moreira Ganito — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções de monitora, pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Setembro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Abreu de Faria Bilhim*.

## UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

### Reitoria

**Despacho (extracto) n.º 22 200/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 6 de Outubro de 2005 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, foram designados os seguintes professores para fazerem parte do júri das provas de mestrado em Biologia e Geologia para o Ensino, requeridas pelo licenciado em Biologia/Geologia (ensino de) Marco Manuel Rocha Mendes:

Presidente — Doutor Dário Joaquim Simões Loureiro dos Santos, professor auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Vogais:

Doutora Domingas Rosário Veríssimo Jacinto Tavares Oliveira, professora catedrática da Universidade do Minho.

Doutor João Alexandre Ferreira Abel dos Santos Cabral, professor associado da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

7 de Outubro de 2005. — Pelo Reitor, (*Assinatura ilegível*.)